

## A BACIA DO RIO MADEIRA: PROCESSOS DE RECONFIGURAÇÃO DAS POPULAÇÕES (1850-1912)<sup>1</sup>

Paula de Souza Rosa<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Rondônia

### RESUMO

O presente trabalho visa estudar as populações rurais da bacia do rio Madeira, que assim como as populações amazônicas, são genericamente denominadas caboclas ou ribeirinhas. Tal generalidade esconde características singulares à colonização dos seus rios, partindo desta ideia podemos afirmar que o caboclo do rio Negro tem características particulares em relação ao caboclo acreano e ambos são distintos do caboclo do Madeira. Portanto, temos por objetivo demonstrar através da análise do processo de colonização da bacia do rio Madeira as transformações sofridas pelas populações, que promoveu uma reconfiguração espacial e social distinta dos outros processos de ocupação da Amazônia. Logo, o caboclo do Madeira por sofrer um processo diferente, se constitui enquanto categoria de análise a ser estudado e classificado separadamente.

**Palavras-chave:** Populações; caboclo; Rio Madeira; Amazônia.

### INTRODUÇÃO

O rio Madeira é o maior afluente da margem direita do rio Amazonas e, dada sua enorme extensão, aliada ao fato de que se encontra na região fronteira com a Bolívia, permite-nos supor diferentes aspectos na formação histórica dessas populações. A região iniciou a ser tomada efetivamente aos grupos indígenas durante o I Ciclo da Borracha, quando o extrativismo nômade, típico do período anterior, passou a compartilhar espaços com o extrativismo sedentário, do qual a expressão mais acabada é o seringal. Para essa região, foram atraídas populações

---

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Formação das populações rurais amazônicas: gênese, desenvolvimento e características” realizado no Programa Institucional de Bolsas e Trabalhos Voluntários de Iniciação Científica (PIBIC) biênio 2014-2015, sob a orientação do Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca.

<sup>2</sup> Acadêmica de graduação do Curso de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

de diversas procedências que podemos, a priori, segmentar da seguinte forma: para o baixo rio Madeira foi transplantada populações de caboclos paraenses e tapuios do Amazonas que serviram de mão de obra à abertura de novos seringais; o alto Madeira também foi objeto do mesmo processo, contudo ocupando mão de obra procedente das diversas partes da Bolívia. Aproximadamente a partir de fins dos anos de 1880 inicia a desaparecer a influência boliviana no alto Madeira e a aumentar a influência da migração nordestina naquele rio. Propomo-nos então, a partir do estudo das fontes disponíveis, determinar as mutações ocorridas nessas populações rurais ao longo do tempo determinado. O recorte temporal proposto está baseado na constatação de que foi nesse período quando se reconfigurou as populações locais.

### **A OCUPAÇÃO NEOCOLONIAL NA BACIA DO RIO MADEIRA**

A região do rio Madeira é uma área de contínua ocupação humana desde tempos imemoriais. Entretanto, nossa pesquisa se deteve aos personagens surgidos do encontro entre dois mundos e dois tempos sociais distintos; o europeu e o nativo. A junção destes tempos produziu um novo tempo e lugar; o mundo neocolonial. É neste processo de reorganização cultural e espaço-temporal que surge o personagem de nossa pesquisa; o caboclo.

Por muito tempo a representação do homem amazônico tendeu a homogeneização e generalização. Terminologias como ribeirinho, beiradeiro, caboclo, seringueiro, cabano e índio, não podem ser vistas como uma definição étnica, mesmo que seja possível fazê-la, mas principalmente, social. Tanto que ao definir o termo caboclo Lima (1999, p. 6) estabelece como sendo uma categoria de classificação social complexa, que engloba aspectos geográficos, raciais e de classe, ou seja, se encontra relacionado ao processo de colonização e também as origens étnicas da população. Por fim, a política de neocolonização da Amazônia foi sempre uma forma de civilizar, ação vista no estabelecimento das missões e no processo de incorporação de mão de obra no chamado I Ciclo da Borracha.

No período neocolonial a organização das populações nativas foi condicionada aos interesses da coroa portuguesa, assim é que a economia da região do Madeira esteve pautada na coleta das drogas do sertão, que utilizou

exclusivamente mão de obra nativa. Como este corpo de trabalhadores se encontrava espalhado por um imenso território, os missionários organizaram o extrativismo de maneira extensiva, ou seja

ligando grandes núcleos populacionais à pequenas comunidades no interior do território. Já, em 1723, havia um grupo de três Aldeias dos Abacaxiz ligadas entre si, e chamadas Nossa Senhora, São Francisco Xavier e São Lourenço, onde atendia o Padre João Sampaio (CYPRIANO, 2007, p. 99).

Muitos consideram que este período não produziu grandes modificações na cultura das populações da região, entretanto, se considerarmos que não só a língua se alterou devido ao ajuntamento de vários grupos étnicos num mesmo espaço (aldeamentos), sobreveio também uma mudança na relação com o tempo. Os nativos passaram a ser regidos por um tempo de trabalho diferente; o compulsório, ou seja, não extraia da natureza apenas o necessário à sobrevivência, antes, foram inseridos através dos aldeamentos na dinâmica mercantilista de produção de excedente. Como já dito, nesse primeiro estágio do processo de ocupação do território amazônico, e conseqüentemente da bacia do Madeira houve uma dependência da comunicação com o nativo, esta viabilizada pela LGA (Língua Geral Amazônica, o Nheengatu), língua artificialmente criada pelo português, que é a língua do tapuio o primeiro tipo humano essencialmente neocolonial. O ensino da LGA aos nativos foi uma das formas encontradas para a ocupação do território; um exemplo dessa ação foi o envio do filho do Principal da nação Iruri ao Pará pelo padre Jódoco Peres, para o aprendizado da língua geral e posteriormente assumir o posto de intérprete junto aos demais nativos (BETENDORF, 1910, p. 354).

Contudo, depois de um século e meio, a língua que havia servido como mecanismo de unidade regional para conquista da Amazônia, passou a ser vista como “diabólica”, culpada pela falta de união interna e incapaz de exprimir os interesses coloniais (FREIRE, 2003, p. 106). Pois, os interesses agora eram outros, as lutas pelas fronteiras móveis da Amazônia entravam numa nova etapa. A grande questão era; como provar a ocupação destas regiões predominantemente habitadas por indígenas? Eis aí a necessidade de “luzitanizar” a Amazônia.

A política pombalina implantou o Diretório de Índios (1757-1798), que passou a substituir a Igreja no controle temporal dos autóctones, este órgão era encarregado de organizar o trabalho compulsório do nativo, e canalizou todos os

braços para a coleta das drogas do sertão, deixando as aldeias vazias, conseqüentemente os missionários não puderam ensinar o português aos nativos. Somente a partir do I ciclo da borracha a população tapuia e cabocla da bacia do Madeira passou a utilizar a língua portuguesa, fenômeno decorrente da vinda de milhares de nordestinos para a região, todos falantes do português.

No rio Madeira, essa categoria social, o caboclo, é para a historiografia nada mais que a junção entre o personagem deste primeiro estágio de ocupação e o nordestino, que trouxe consigo toda uma herança religiosa que se combinará, porém ao longo deste estudo procurou-se desconstruir esse padrão. Para tal proposição não podemos retirar deste primeiro nativo, arrancado do seu mundo e inserido na dinâmica neocolonial, o papel de agente da História, pois, foram eles, os tapuios e caboclos, que permitiram e ajudaram no aumento constante da fronteira portuguesa na Amazônia. Foram eles os remeiros, que permitiram o avanço do colonizador, seus conhecimentos proporcionaram a possibilidade da sobrevivência nos rios e nas matas, em suma, foram os braços desses indivíduos que delimitaram a fronteira oeste do domínio português inclusive na ação bandeirante.

Assim é que na expedição de reconhecimento, confiada a Francisco de Mello Palheta (1722-1723) vemos que o expansionismo português teve como principal suporte ideológico o cristianismo, e como braço forte o nativo, que nas muitas expedições que singraram os rios da Amazônia serviram como remeiros; como os 200 índios da Aldeia de Abacaxis, no Madeira, forçados a servir na expedição Palheta (HUGO, 1959, p. 34-35). Percebida a vulnerabilidade da fronteira lusitana, a coroa portuguesa iniciou a tentativa de ocupação de todo o vale do rio Madeira por seus vassallos, através da instalação de núcleos de povoamento. Além dos aldeamentos, através de um alvará régio de 1736 foi proibida a navegação pelo Madeira, como forma de prevenção do contrabando das minas do Guaporé.

Proibição ignorada por Manuel Félix de Lima, minerador falido que tendo por objetivo alcançar as missões espanholas de São Miguel e Santa Madalena, percorreu em 1742 a importante rota de comunicação por água entre o Mato Grosso e o Grão-Pará a via Guaporé-Mamoré-Madeira. Após curta permanência nas missões espanholas, navegou até Belém, onde foi preso e enviado para Portugal. A partir daí, foi constituído todo um aparato de controle da navegação ao longo do rio

Madeira, sendo instalado o posto militar de Aroaia na primeira cachoeira (MENDONÇA, 3 Vol. 2005, p. 96).

Muitos consideram que o período de 1790 até 1850 foi para a região amazônica um período de letargia econômica, todavia, baseiam esta afirmação tendo em vista o comércio externo, deixando de lado um fator de suma importância; o comércio interno da região amazônica, onde se consolidou a população tapuia e cabocla. Tal período foi de grande conturbação política no âmbito nacional, devido a Independência do Brasil e anexação do Grão-Pará ao território brasileiro, eventos que não deixaram de afetar as populações amazônicas, através de revoltas no interior da província. Sendo a de maior proporção, a Cabanagem (1835-1840), movimento formado pela população que se desenvolveu ao longo do processo histórico, composta de camponeses sem terras e moradores das cabanas localizadas na periferia dos centros urbanos, e se alastrou por todo o interior da Província, movimentando os chamados caboclos. Colocou em xeque o controle do Governo Central, que no combate aos cabanos mobilizou um aparato militar/fluvial no interior da Amazônia, entre eles a região do Madeira, onde foi instalado um Ponto Militar para impedir as correrias dos “rebeldes” (MATOS, 1979, p. 174). Portanto, a dominação portuguesa na bacia do rio Madeira foi uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica.

### **A MÃO DE OBRA NOS SERINGAIS: O BAIXO E O ALTO MADEIRA**

Mesmo após a criação da Província do Amazonas (1850) as populações da bacia do Madeira, continuaram a ser vistas como um grande estoque de trabalhadores baratos e disponíveis, necessitando de dominação, domesticação e adaptação ao mundo neocolonial, tendo por finalidade trazê-los à produção carente de braços. Isso se deu porque a partir dos anos de 1850 a borracha passou a gerar uma receita considerável nas estatísticas oficiais, devido a três fatores: a expansão da demanda do produto no mercado internacional; beneficiada pela evolução da tecnologia industrial; o aumento da produção dos seringais, lançando sobre imenso território um número cada vez maior de indivíduos para explorar a nova riqueza.

Começamos nosso estudo pelo baixo Madeira, que na década de 1850 era a área onde resistia uma população composta por tapuios e caboclos, herdeiros das

antigas missões jesuítas, e destarte, levavam a herança dessa neocolonização. O nativo era usado como mão de obra não só na extração dos produtos da floresta, mas na construção de casinhas, nos pequenos ajuntamentos que ainda persistiam as margens do rio. Ao contrário do que se propaga pela historiografia regional, a população do rio Madeira teve importante participação na economia da região amazônica; suas águas foram recorrentemente percorridas por compradores de pirarucu seco, importante produto que alimentava o comércio interno da hiléia amazônica, além de que, continuava sendo uma importante rota fluvial, e algumas de suas povoações era ponto de parada de viajantes, vindos do Mato Grosso e da Bolívia, que procuravam renovar suas provisões, entre os itens de interesse encontrava-se a cachaça e a farinha, artigos importantes no pagamento dos remeiros, também não podemos desconsiderar o importante cultivo e produção de fumo nas margens do rio Madeira.

Em fins da década de 1850 mais de 20 mil pessoas deixaram o baixo Amazonas e foram se dedicar a extração da seringa e outros produtos naturais no vale do Madeira (COUTINHO, 1861, A-G-13), essa migração foi resultado da extração predatória dos seringais naquela área e do aumento da demanda por matéria-prima no mercado internacional. Para a manutenção dos seringais do Madeira e dos demais rios da Amazônia foi proibido o uso do arrocho na extração da goma elástica, pois esta técnica inutilizava a árvore (RPP, 1856, p.17). O arrocho consistia em ferir a seringueira de alto a baixo e, em seguida, amarrá-la fortemente, para extrair de uma só vez todo o seu látex. Vemos uma preocupação das autoridades com os recursos naturais da região, na medida em que estes eram a fonte de riqueza, e a borracha se tornara “ouro”.

Nestes primeiros anos (1850-1880) de extração da goma elástica na bacia do Madeira os seringais utilizavam a mão de obra nativa, caboclos oriundos do Pará e tapuios provenientes do Amazonas, constituindo assim o chamado seringal caboclo, não somente pela constituição da mão de obra; mas sim por essa modalidade de extrativismo estar aliada a produção de subsistência. Como visto na descrição acima, a borracha não foi o único produto coletado às margens do rio, porém com o aumento da demanda por matéria-prima no mercado internacional acabou por ser o principal item de produção e exportação da região. O rio Madeira devido aos abundantes seringais passou a ser objeto de maior investimento e controle da

Província por seu comércio e indústria, já que por sua vez contribuía com a maior parte da renda provincial e mobilizou interesses públicos e privados, como a navegação a vapor, importante para o escoamento da produção, e o início da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

Já na década de 1860 começou a haver conflitos pela posse de seringais no baixo Madeira (COUTINHO, 1861, A-G-20), alguns produtores de goma elástica passaram a pedir junto aos representantes da Província a posse legal dos seringais; o valor não se encontrava na terra em si, mas no controle das árvores produtoras de seringa de uma dada área. Mas, nestes primeiros anos a riqueza mesmo era o silvícola utilizado como mão de obra que movimentou a economia dos anos iniciais do surto gumífero. Por encontrar-se em uma posição de fronteira, e haver frequentes dissensões entre comerciantes e seringueiros, e entre estes e as várias populações indígenas foi preciso instalar ao longo da linha fluvial do Madeira, postos de controle, intensificando a presença de representantes do Estado na região.

Sendo o silvícola utilizado como mão de obra nos seringais, foi imperativo o ajuntamento desses nativos. Assim, muitos donos de seringais e seringueiros acabaram por promover ataques furtivos às aldeias, ação conhecida como “correrias”, uma espécie de apresamento de mão de obra, política de afastamento ou represália dos indígenas hostis das áreas de seringais, além de captura de mulheres e crianças:

[Sobre os parintintins] Em 1876 [...] Nove dos atacantes levavam espingardas e os mais pistolas e facões: o que os dirigia, tendo-os levado com o maior acerto até ahi, recommendou-lhes que não atirassem sinão quando tivessem operado o cerco e firmado o alvo, devendo disparar quando elle dêsse o signal. Mas, ou por susto, ou por outra qualquer causa, não cumpriram essa recommendação, disparando alguns assim que avistaram os indios; os quaes lograram fugir maior parte, deixando comtudo tez mortos e sete prisioneiros, duas mulheres e cinco crianças. (FONSECA, 1880, p. 316).

Os nativos nem sempre concordavam com essa invasão neocolonial, revidando com ataques a estabelecimento rurais como forma de reação. Esse é o caso noticiado no periódico *The Anglo-Brazilian Times*, de 8 de dezembro de 1868. Um grupo de parintintins atacou um estabelecimento rural em Santo Antonio, distrito do rio Madeira, onde matou a esposa do proprietário e uma índia, que para eles trabalhava e carregaram a cabeça da proprietária como troféu. O filho do casal

escapou da morte porque se escondeu na mata. Foi armado um grupo de colonos para rebater o ataque, mas não encontrou esses parintintins.

Em suma, até início de 1880 o baixo Madeira foi predominantemente ocupado por indivíduos oriundos do baixo Amazonas. Já o alto Madeira sofreu um processo diferente, até a década de 1880 foi predominantemente ocupado e explorado por bolivianos. Para compreendermos a multiplicidade desta ocupação é preciso ter em mente que, em plena ascensão da borracha no mercado internacional, a região das cachoeiras era inexplorada pela Província do Amazonas devido ao difícil acesso, mesmo tendo em vista sua importância comercial e política.

A despeito do risco que a navegação a que estava sujeito o trecho encachoeirado a via do Madeira foi utilizada pelos bolivianos/espanhóis desde o período colonial, e mesmo após sua independência, a Bolívia prosseguiu na utilização da via Mamoré-Madeira na exportação e importação de produtos, pois era vantajosa para 7 dos 9 departamentos bolivianos. Já em 1865 passavam pelas cachoeiras do Madeira ubás carregadas de borracha para embarcarem nos primeiros vapores que começavam a percorrer essas águas, a fronteira se estendia até o ponto médio do Madeira sendo boliviana a parte ocidental.

Subindo o Madeira após nos idos de 1860 às margens do rio eram completamente habitadas e exploradas por bolivianos, com tudo o que esta afirmação implica, ou seja, a moeda, a língua, enfim a cultura era boliviana. A organização do seringal diferia do baixo Madeira nos seguintes aspectos: nos lados do barracão central da habitação do patrão havia barracas menores destinadas para os trabalhadores indígenas provenientes da Bolívia, essas barracas eram organizadas com separação de sexo (PINKAS, 1887, p. 271-293). As refeições do seringueiro (entendendo que neste período não havia uma diferenciação entre seringueiro e seringalista) consistiam na caça; no chocolate, bebida tomada a toda hora, entre outros. Os trabalhadores (agora tendo em vista o extrator direto da goma elástica) passavam dias inteiros a base de farinha e água.

O corpo de trabalhadores do seringal era formado na maior parte das vezes por índios recrutados a baixo preço nas províncias de Mojo, Trinidad e Exaltacion, uma nova forma de escravidão confirmada pelas autoridades brasileiras. O engenheiro Júlio Pinkas detalhou na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a tentativa de fuga de uma índia boliviana de seu patrão, sendo esta

“resgatada” por um oficial brasileiro e forçada a retornar aos “cuidados” do seringalista. Podemos perceber nesta narrativa que o Estado enquanto garantidor de direitos acabava por ser a ferramenta de manutenção de uma estrutura que coagia e subjugava a classe trabalhadora, garantindo o “direito” do que detém a “posse” da terra onde se encontra o seringal. Observamos o surgimento de uma elite que ostentava uma série de títulos e ficou conhecida como “Coronéis de Barranco”.

Quando Pinkas (1887, p. 295) escreveu que a mão de obra empregada no fabrico da borracha vivia “[...] *numa nova escravatura, tida como perfeitamente legal [...] confirmada pelas autoridades policiaes brasileiras*”, tinha em perspectiva os trabalhadores do alto Madeira, ou seja, bolivianos. Deixou de considerar que toda a população do vale do Madeira viveu um regime de terror marcado pela exploração da mão de obra, pelos castigos físicos, infligidos numa massa subjugada dentro de um sistema que não lhe permitia escapar, e mesmo quando a fuga se tornava uma realidade o risco de ser capturado era imenso, na medida em que as autoridades policiais como relatado acima, auxiliavam particulares como uma espécie de “capitão do mato”:

Outro pobre índio vimos castigar por haver fugido ao patrão que lhe dava maus tractos, não o poupando ao trabalho mesmo quando doente. O patrão reclamou a busca d'elle ao subdelegado, e este mandou tripular uma canoa do *senhor* onde mettu os soldados que foram já a grande distancia, agarrar o *criminoso* que trouxeram preso, e depois de bem surrado foi mettido n'um quadrado de trilho da estrada de ferro, que serve de cadeia, sem resguardo da chuva nem do sol, onde ficou passando noites e dias! [...] Depois foi o pobre rapaz entregue ao patrão para receber novo castigo. (SILVA, 1891, p. 199).

Inúmeros foram os casos de maus tratos presenciados pelos viajantes que estiveram no rio Madeira durante o surto gumífero, entre eles se encontra Bernardo da Costa e Silva que descreveu de forma exemplar as relações de trabalho entre *senhores* e *escravos*, e presenciou o castigo de um trabalhador, que por haver roubado uma garrafa de cachaça foi amarrado a um poste e chicoteado ao ponto de ficar impossibilitado de voltar aos serviços (SILVA, 1891, p. 198). Bernardo da Costa e Silva tentou explicar o motivo da omissão das autoridades quanto aos crimes perpetrados nessa longínqua região, o que podemos perceber é a organização de uma rede de controle por parte dos patrões:

A auctoridade civil, representada na pessoa de um subdelegado, subjuga a militar, um pobre sargento, quando não soldado, sem voz activa porque está não só debaixo de suas ordens, como vive do crédito do seu estabelecimento, e que lhe suspenda a ração, se aquelle pretende fazer respeitar seu decoro!

O subdelegado, consente tudo, porque, á sua vês, vive d'estes patrões que lhe fazem gasto na tenda. Ahi esta porque a auctoridade da roça, não pode ser justiceira por falta de independência. (SILVA, 1891, p. 198-9).

Voltando a estrutura do seringal boliviano no alto Madeira, devemos levar em consideração uma discussão há muito negligenciada pelos pesquisadores, o papel das mulheres. Neste caso em especifico vale dizer que as mulheres bolivianas eram muito apreciadas na colheita da borracha, já que economicamente eram mais baratas que os homens, e depois de “utilizadas” pelos patrões, acabavam sendo substituídas por outras e então enviadas para a extração da seringa. Por fim, uma região anteriormente tida como inóspita e pouco povoada, com a ascensão da borracha no mercado internacional se encontrou em um processo de constante ocupação, num intenso movimento de cargas e pessoas pelos muitos seringais. Podemos dizer que duas foram às estratégias utilizadas para o aumento da produção de borracha nas primeiras décadas do surto gumífero: a mobilização de mão de obra indígena boliviana no alto Madeira e o deslocamento de tapuios e caboclos do Amazonas e Pará para trabalhar nos seringais do baixo Madeira, subordinados ao sistema de aviamento.

A lógica desse fenômeno se consolidará com um novo processo de avanço populacional, que diminuirá aos poucos a influência boliviana no alto Madeira. Essa perda de território pode ser entendida da seguinte maneira; o aumento da demanda por matéria prima, fez com que mais brasileiros afluíssem para a bacia do rio Madeira e ao encontrar as margens da região próxima à foz ocupada, mesmo que em parte não legalizadas, esses novos habitantes provenientes em sua maioria do nordeste passam a tentar novos territórios; dentre eles a região do alto Madeira. Esse processo de avanço brasileiro acima do ponto médio do rio faz vir à tona uma gama conflitos pelo uso dos recursos naturais. Juntamente a este processo houve a organização de uma rede de controle e vigilância no interior da província por seringalistas e aviadores do rio Madeira, esses fatores em parte explicam o declínio da presença boliviana ao longo do rio Madeira.

## **O SERINGALISMO E O NOVO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO**

A definição do conceito de territorialização que utilizaremos no presente tópico é a cunhada por João Pacheco de Oliveira, ou seja, territorialização é:

1) a criação de uma nova unidade sócio-cultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 3) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55)

Tal processo foi o que Leal (2008, p. 99) chamou de *fechamento do rio* para demarcação de seringais e castanhais por particulares, ação que encontrou forte resistência nos habitantes locais, o momento em que se redefiniu o controle sobre os recursos naturais da região do Madeira. Esse processo foi marcado pelo interesse do Estado na região, que devido à demanda de matéria prima imposta pelo mercado internacional, mobilizou interesses privados e públicos para a área. Foi a partir de 1880 que vemos surgir grandes empreendimentos relacionados à produção de borracha, sendo na presente década o início das tentativas de construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré. Não nos enganemos ao pensar que essa construção imperialista no meio da floresta amazônica visava apenas o escoamento da borracha; pois como exposto pelo engenheiro Pinkas, essa construção proporcionava vantagens; políticas, estratégicas, administrativas e comerciais (PINKAS, 1885. p. 263-264).

Além da construção da ferrovia, o conflito entre seringueiros/seringalistas e índios se intensificou, trazendo a necessidade de uma presença militar na região. Todavia, o aspecto mais importante desse período foi o intenso deslocamento de nordestinos para a Amazônia, o que possibilitou “a criação de uma nova identidade étnica diferenciadora”. A explicação para este movimento populacional não se encontra somente na grande seca de 1870, antes, esteve aliada à estrutura oligárquica fundiária do Nordeste, que proporcionou a saída de milhares de nordestinos de sua terra natal para os trabalhos nos seringais da Amazônia. Ao vermos todo esse conjunto de dados juntamente com a lógica do mercado, compreendemos a necessidade que todo este avanço humano desencadeou na corrida para regularização da posse da terra. Visto que, anteriormente devido ao enorme território, a posse da terra se dava pela mera ocupação o que não despertava conflitos de legitimidade da posse, a não serem aqueles entre nativos e seringalistas/seringueiros.

A partir de 1870 das 142 concessões em toda a província, 63 concessões de terras foram para o rio Madeira (MATTOS, 1870, p. 41), a partir desse dado notamos a importância que a região adquiriu no período, não foi por acaso que os seringais passaram a ser disputados não só juridicamente, mas através da violência, como pode ser visto nos relatos nos jornais da época. Nessa imensa corrida por terras produtoras de seringa, quando algum proprietário vinha a falecer, no mais das vezes, se os herdeiros não tivessem como lutar por seus direitos se via impedidos de gozar de seus bens e terminavam expulsos de suas terras, como foi relatado em um ofício que dirigiu o presidente da Província do Amazonas, Agesilao Pereira da Silva, ao chefe de polícia daquela província em cinco de janeiro de 1878:

De um atentado desta natureza tive eu mesmo ocasião de ver um exemplo em minha descida de S. Antonio para Baetas no lugar Pariry, redidencia do há pouco fallecido José Ricardo de Sá, cuja casa foi saqueada por um de seus intitulados credores, de nome Raphael Bento Carolino e outros; e cujos filhos, expulsos do tecto paterno, apresentaram-se-me a bordo do navio reclamando justiça! (SILVA, 1891, pp. 204-12).

O grande problema reside que no momento em que a terra se torna particular, já não é permitido que exploradores autônomos, aqueles não ligados ao dono da terra, explorem os recursos naturais. Fator que gerou uma série de inconvenientes, já que as terras anteriormente eram percorridas pelas pessoas locais, como; os tapuios e caboclos habitantes das margens dos rios afluentes do Madeira, que se viram impedidas de coletarem os produtos da floresta. Isso ocasionou agitações entre os tapuios, caboclos e seringalistas/seringueiros, além destes combates, houve aqueles surgidos entre os próprios “donos” da terra, ou seja, a bacia do Madeira foi palco de inúmeras agitações em fins do século XIX e início do XX.

O conflito entre seringalistas se deu por que muitos dos que receberam concessões de terras passaram em dado momento a “esticar” seus territórios de acordo com a descoberta de novas seringueiras, além de induzir seus trabalhadores a coletar produtos no território de seus vizinhos; ações que culminavam em confrontos não apenas legais, mas armados entre membros de um e outro seringal (HUMAYTHAENSE, Humaythá, 4 de Abril de 1909). Um desses embates foi o promovido João Franklin, dono do seringal Santa Maria, que mandou “ferir” seus vizinhos, João

Damasceno e Virgílio Gomes Patacho, conflito noticiado pelo jornal O Manicoré, entre dezembro de 1889 e janeiro de 1900.

Como pode ser visto a maioria dos conflitos no Madeira se deu pela demarcação de terras, inserindo no complexo sistema do seringal uma classe que detinha o poder sobre a legitimação da posse da terra; os agrimensores, pessoas habilitadas para a demarcação de terras, que contribuíram para a espoliação de terras de uso comum, pois na maior parte das vezes estavam a serviço dos seringalistas.

Os agrimensores foram responsáveis num primeiro momento pela demarcação de terras no baixo Madeira, mas com o interesse gradativo do Estado Nacional no território, os agrimensores acabaram por se tornar uma das ferramentas utilizadas pelo governo para ocupação efetiva do território, principalmente da área do alto Madeira, a partir do início dos anos de 1890, em suma, ajudaram na tomada do território aos bolivianos e legitimaram o processo de efetiva ocupação do território desencadeado com o surto gumífero. Essa reorganização não foi somente espacial, mas também transformou a estrutura social, na medida em que expôs as classes e as inúmeras relações de poder até então submersas.

## **O PROCESSO DE (RES)SIGNIFICAÇÃO DO SAGRADO NA RELIGIOSIDADE DAS POPULAÇÕES DO MADEIRA**

O que tentamos aqui é perceber as mutações e continuidades na relação com o sagrado no ambiente social das populações da bacia do rio Madeira. Primeiramente, o caboclo do Madeira possui em sua religiosidade um amalgama de práticas do catolicismo permeado por crenças de origem ameríndia. O catolicismo foi introduzido no vale do Madeira, a partir da segunda metade do século XVII, com a instalação dos primeiros aldeamentos. Todavia, apesar da admiração que os padres tiveram pela aceitação dos nativos à religião cristã, estes não abandonaram seus costumes, sua forma de ver o mundo e de se relacionar com o sobrenatural. Antes, (res)significaram os conhecimentos que lhes foi imposto.

Cypriano em seu estudo dos grupos indígenas habitantes do Madeira e Tapajós, chamou a atenção para a transformação e (res)significação que ocorreu na compreensão da figura do missionário, este foi visto como um indivíduo detentor de certos poderes. Nesse caso, vemos a compreensão do mundo a partir da base

nativa, a figura do missionário associada à imagem do pajé, assim os padres passaram a associar as interpretações cristãs às vivências do grupo (CYPRIANO, 2007, p. 109-115).

Tendo em consideração que o baixo Madeira foi ocupado predominantemente por indivíduos oriundos do baixo Amazonas, pois cerca de 20 mil pessoas migraram para o vale do Madeira no final de 1850 (COUTINHO, 1861, A-G-13), e posteriormente havendo a inserção do nordestino, provocando o avanço das fronteiras, e praticando ambos os personagens um intenso culto aos santos, foi trazida às margens do Madeira por esse imenso deslocamento populacional a tradição do culto aos santos. E com o gradativo avanço da fronteira a partir de fins de 1880, toda a bacia do Madeira acabou por apresentar certo número de características religiosas comuns.

Além do culto aos santos a população do vale do Madeira tem em seu modo de vida a crenças em *outras forças e seres que povoam a natureza ou o mundo sobrenatural, contra os quais a ação dos santos é importante* (GALVÃO, 1953, p. 5). Sendo que a *expressão máxima do culto dos santos se observa na festividade que se celebra o “dia do santo”* (GALVÃO, 1953, p. 3). A sacralização de um dia em detrimento dos outros foi uma construção social, pois foi imposta aos moradores da região, como pode ser visto na descrição abaixo:

O Cidadão José Herculano Gomes Carneiro, Fiscal da camara municipal da Villa de Manicoré etc, etc.

Faz saber a todos os comerciantes desta Villa que de conformidade com o art. 66 da lei de 1 ° de outubro de 1828 a mesma camara em sessão ordinária de 6 de abril do corrente anno, resolveu e mandou publicar por editaes que ficava desde aquella data expressamente prohibido conservarem-se abertas nos domingos e dias santificados as casas commerciaes do meio dia em diante, incorrendo o infractor na multa de trinta mil réis ou oito dias de cadeia.

E para que não aleguem ignorância será este affixado nos logares do costume e publicado pela imprensa. (RIO MADEIRA, 18 de Dezembro de 1881)

A necessidade de tal proibição implica que até certo período não havia entre as populações ao longo da bacia do Madeira a noção de um dia sagrado, tal prática lhes foi imposta em dado momento do processo histórico e permaneceu enquanto tradição, ou seja, foi naturalizado com o passar dos anos.

Na análise de dois festejos muito importantes para os membros das comunidades do Madeira, o de Imaculada Conceição e de Santo Antonio, Corrêa (2008, p. 217) deixou entrever a possibilidade de que um festejo (Imaculada Conceição) é a representação da elite da borracha na figura dos seringalistas e comerciantes, tendo sido imposto por um poderoso proprietário de seringal, o comendador Monteiro. E o outro (Santo Antonio) o representante e protetor dos trabalhadores, os seringueiros subjugados por àquela elite. Percepção efetivada pelo esboço que a autora fez da rede de relações de parentesco e compadrio entre os organizadores dos festejos. Percebe-se que no culto a Imaculada Conceição se encontra as respectivas famílias: Lobo, Santiago, Monteiro, Chíxaro, Santos, Magalhães e Botelho. No culto a Santo Antonio se encontra as famílias de ex-seringueiros e sitiantes, são estes: Brito, Neves, Relvas, Pereira e Tavares.

Como dito anteriormente, *uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento*. O culto a Imaculada conceição, foi imposto por uma elite, mas com o passar dos anos, quando perdeu sua condição de fornecedora de certo status, na medida em que tal culto era a representação do pertencimento a uma dada classe social, o culto a Imaculada Conceição foi absorvido pela população às margens do Madeira, sobreviventes do período áureo da borracha.

O que podemos perceber é que mesmo a religiosidade permeando todos os estamentos da sociedade e os diferentes membros desta tendo participação em ambos os festejos, estes são representações precisas da estrutura social. Mais preciso ainda, se computarmos que das 58 comunidades e seus respectivos santos detalhados por Corrêa (2008. P. 65-66), apenas a povoação de Carará tem como padroeira Imaculada Conceição, todo o restante promovem cultos a uma profusão de diferentes santos. Eis no culto a Imaculada Conceição a imposição e subjugação da massa trabalhadora, que passam a ser direcionada a um culto específico em dado período, mas mantendo localmente seus cultos particulares.

Como dito anteriormente, a religiosidade das populações da bacia do Madeira é caracterizada por uma mistura de narrativas e crenças, combinação que pode ser vista na lenda de Matinta-pereira na comunidade de Nazaré, onde após uma diversidade de versões Norberto (2014, p. 396) concluiu que em Nazaré (RO), as narrativas são mais próximas de uma versão fabulosa do Pará, posterior ao mito, na qual o tipo mítico é a ave que se transforma em velha, lembrando que essa

particularidade pode ser associada ao intenso deslocamento populacional de finais dos anos de 1850. Esta versão amalgama elementos dos tapuios e caboclos do Pará e dos nordestinos, mudando o nome, mas ficando a essência da “criatura”.

Essa dualidade de práticas religiosas, ameríndia e ibero-americana *não resulta em duas ordens de religião, tampouco levam a contrastes entre uma religião e superstições populares. Na mente do caboclo compõe um todo, sua religião* (GALVÃO, 1953, p. 9). Da mesma forma que no início do processo de catequização os padres não conseguiram diferenciar na cultura dos nativos o laico e o religioso, e o sagrado do profano, pois a religiosidade estava impregnada de tal forma na vida social, que tal tarefa era de todo impossível, assim nas comemorações e festejos o sagrado e o profano estão presentes de maneira tão intrínseca que

O momento da festa religiosa é efetivamente um espaço religioso que não separa o mundo em sagrado e profano, nela tudo é potencialmente sagrado, ainda que não seja equitativamente, já que certos lugares, certos tempos e objetos o são mais que os outros. (SARAIVA, 2010, p. 151)

Ao longo dos exemplos trabalhados podemos perceber uma prática de (res)significação religiosa que perpassou todo o processo de ocupação do vale do Madeira e culminou na construção de um espaço onde não há separação entre o sagrado e o profano. Nas palavras de Foucault, (FOUCAULT *Apud* LEAL, 2007, p. 176), *seria uma heterotopia, a construção de um outro lugar, não irreal, mas real, espaço outro que se estabelece como lugar de resistência* de práticas consideradas profanas, que com o processo de (res)significação adquiriram caráter sagrado, passando a fazer parte de um complexo conjunto de valores e crenças religiosas:

A heterotopia pode justapor em um só lugar real vários espaço, vários posicionamentos que por si só são incompatíveis. O barracão, lugar marcado pelas “trocas” econômicas, espaço de dominação e controle do seringueiro, onde o seringalista exercia o seu poder, se transforma em espaço privilegiado para a festa. É a essa utilização do espaço, essa transformação, que chamamos heterotopia. (LEAL, 2007, p. 176)

Com a decadência da economia baseada na produção da borracha, o barracão, anteriormente lugar de heterotopia perdeu espaço para as pequenas comunidades que foram surgindo às margens do rio Madeira e seus afluentes.

## **CONCLUSÃO**

A proposta do presente trabalho foi demonstrar através da análise do processo de colonização da bacia do rio Madeira as transformações sofridas pelas populações, que promoveu uma reconfiguração espacial e social distinta dos outros processos de ocupação da Amazônia. Portanto, esse caboclo do Madeira por sofrer um processo diferente, se constitui enquanto categoria de análise a ser estudado separadamente e classificado como um personagem existente somente nessa região.

Afirmção pautada nos seguintes aspectos elencados no decorrer do trabalho: 1) posição de fronteira que possibilitou um duplo processo de avanço colonizador; 2) os seringais do baixo e alto Madeira até finais de 1880 possuíam uma dinâmica e estrutura distintas; 3) a diminuição da influência boliviana devido a intensa migração nordestina a partir de 1880; 4) a organização de uma rede de controle por seringalistas; 5) um interesse estatal que foi se fazendo cada vez mais presente, avançando sobre a fronteira; 6) conflitos pelos recursos naturais e posse da terra entre os remanescentes do primeiro processo de colonização, e um novo personagem inserido numa dinâmica de mercado; e 7) uma religiosidade marcada pelo catolicismo com forte influência da cultura nativa. Percebemos então, aspectos de continuidades e permanências devido a um longo processo de (res)significação cultural.

Este é em parte o motivo de nosso recorte histórico ir de 1850 até 1920, o chamado período de predomínio do extrativismo da borracha onde todo o território foi tomado efetivamente da população nativa. São as particularidades da formação dessa população, as influências culturais e sociais ameríndia, lusa, nordestina e boliviana, nos variados momentos de imigração para suprir necessidades de competência econômica que perpassou todo o trabalho.

As décadas seguintes a 1970 ficaram marcadas pela abertura de estradas, o avanço da pecuária extensiva, o progresso do desmatamento, tudo isso proporcionado pelos projetos de colonização dos contínuos governos militares e mais atualmente a instalação das hidrelétricas do Madeira. Projetos que reproduziam a falácia da Amazônia como um espaço vazio. Grandes são os impactos socioambientais em decorrência desses planejamentos que passam a

alterar as formas tradicionais de organização, pois empurra dia após dia o habitante tradicional para as grandes cidades, retirando-o de seu convívio com a natureza. Contudo esse é um processo novo e, portanto deve ser analisado separadamente.

## FONTES CONSULTADAS

BETENDORF, João Felipe. 1910. **Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXII, Parte I.

CORRÊA, Maria Terezinha. **"Princesa do Madeira"**: Os festejos entre as populações ribeirinhas de Humaitá/AM.Humanitas, São Paulo, 2008.

COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha**, Presidente da Província do Amazonas, por *João Martins da Silva Coutinho, encarregado de examinar alguns logares da província, especialmente o rio Madeira debaixo do ponto de vista da colonização e navegação*. Manaus: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861, A-G.

CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araújo. **Almas, corpos e especiarias a expansão colonial nos rios Tapajós e Madeira**. *Antropologia*. São Leopoldo, n. 65, 2007.

FONSECA, João Severiano da. 1880. **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**. 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & c., 1880.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da Língua Geral ao Português**: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro, UERJ – Instituto de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Literatura Comparada.

GALVÃO, Eduardo. **Vida religiosa do caboclo da Amazônia**. *Boletim do Museu Nacional*. Antropologia n, 15. 1953.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 1 v. Humaitá: Missão Salesiana de Humaitá, 1959.

Jornal Humaythaense, **Rio Madeira- Humaythá**, 4 de abril de 1909, ano 18, número 18, página 4.

Jornal O Manicoré, **Manicoré**, 24 de dezembro de 1889, ano I, número 2, página 2.

Jornal O Manicoré, **Manicoré**, 21 de janeiro de 1900, ano II, número 6, página 2.

Jornal Rio Madeira, **Manicoré**, 18 de dezembro de 1881, ano I, número 5, página 4.

Jornal The Anglo-Brazilian, **Times**, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1868, ano 4, número 23, página 1.

KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da Exploração do Rio Madeira na parte compreendida entre a cachoeira de Santo Antônio e a barra do Mamoré. In: BRASIL. **Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1868**. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial>>. (Anexo X).

LEAL, Davi Avelino. **Conflitos pelo uso dos recursos naturais, direitos e processos de territorialização no rio Madeira (1880-1930)**. *Somanlu*, ano 8, n. 2, jul./dez. 2008.

LEAL, Davi Avelino. **O Estado Brasileiro e o Rio Madeira: a propósito da atuação do corpo técnico de agrimensores no processo de demarcação de seringais e castanhais (1861-1923)**. ANPUH- XXVII. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTORIA-, NATAL, 2013.

LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programas de Pós-graduação, UFAM/Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus. 2007.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)**. N. 325, p.143-180, out/dez, 1979.

MATTOS, João Wilkens de. **Relatorio lido pelo exm.osr. presidente da provincia do Amazonas na sessão d'abertura da Assembléa Legislativa Provincial á 25 de março de 1870**. Manaos: Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão- Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 2ª. ed., 3º. Tomo, 3 vols. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

NORBERTO, Simone. **Mitos ribeirinhos a lenda de Matinta Pereira nas narrativas orais de Nazaré**. *Revista Eletrônica Igarapé-* Nº 3, Maio de 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”**: Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. *Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 4 (1) p. 47-77, abril, 1998.

PINKAS, Julio. O Alto Madeira e sua ligação ao Mamoré (continuação). In: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo I, n. 4, 1885

PINKAS, Julio. O Alto Madeira e sua ligação ao Mamoré. In.: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo I, n. 3, 1885.

PINKAS, Julio. O Alto Madeira. In: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo III, n. 4, 1887

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO AMAZONAS: 1856-1890.

SARAIVA, Adriano Lopes. **Religiosidade Popular e Festejos Religiosos: aspectos da espacialidade de comunidades ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia**. *Revista Brasileira de História das Religiões* , v. 07, p. 147-164, 2010.

SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertão do Amazonas**. Porto: Typographia de A. J. de Sousa & Irmão, 1891.

